

N.º 7

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO
DE 2018**

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e dezoito reuniu, pelas vinte e uma horas e nove minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Deliberação sobre as Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019;**
2. **Deliberação acerca do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2019;**
3. **Deliberação sobre autorização prévia para compromissos plurianuais no ano de 2019, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**
4. **Deliberação sobre a contratação de eventuais empréstimos de curto prazo, no ano de 2019, para ocorrer a dificuldades de tesouraria;**
5. **Deliberação acerca de contratos interadministrativos com as Juntas / Uniões de Freguesia - Ano 2019;**
6. **Deliberação sobre acordos de execução com as Juntas / Uniões de Freguesia - Ano 2019.**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço

1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto

Face à ausência do Sr. **Bruno Martins (2º Secretário)**, o Sr. **Presidente** fez notar que o seu substituto era o Sr. **Vicente de Sá**, pelo que propôs ao plenário que o mesmo ocupasse o lugar em falta na Mesa, o que foi consensualmente aceite.

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Ananias Quintano, José Figueira, Paulo Jaleco, Joaquim Condeça (em substituição de Ana Beatriz Cardoso), M.ª Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Nuno Alas, M.ª Elmina Lopes, Frederico Carvalho, Jorge Silva, Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, M.ª da Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, Carla Semedo (em substituição de João Canha), M.ª Antónia Boieiro, Gertrudes Pastor, Isabel Bizarro (em substituição de Isidro Lobo), José Russo, Jerónimo José, António Maduro, José Piteira, Joaquim Pimpão, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro e Nuno Cabrita.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) João Rodrigues, Sara Fernandes, Eduardo Luciano, João Ricardo e António Costa da Silva.

PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

O Sr. Presidente facultou a palavra ao munícipe **Pedro D'Orey Manoel**, que sublinhou que a maioria dos carregadores eléctricos, da cidade, para automóveis estava avariada e que, segundo informação da MOBI.E, quem tinha que fazer a requisição à dita para reparação dos postos era a Câmara, pelo que lhe perguntou se era assim e, em caso afirmativo, se já tinha havido algum pedido para o efeito.

Retorquindo, o Sr. **Presidente da C. M.** frisou que desconhecia que a edilidade tivesse alguma responsabilidade na matéria e que, de momento, não estava em condições para poder responder, mas que ia averiguar sobre o que se estava a passar, para, em caso de responsabilidade da autarquia, desenvolver as démarches necessárias para resolver o problema.

Em virtude de mais ninguém ter querido falar, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o 1º período destinado ao público.

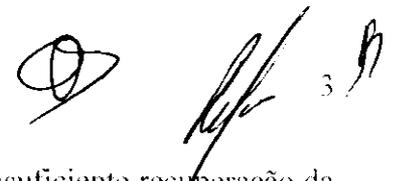
PONTO 1 – DELIBERAÇÃO SOBRE AS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019

O Sr. **Presidente da CME** começou por dizer que a presente proposta de Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2019 dava continuidade à concretização do Programa de Governo Municipal que a CDU apresentou e foi sufragado pelo povo de Évora, nas últimas eleições autárquicas, e prossegue o trabalho desenvolvido em 2018. Afirmou que, apesar da proposta se basear no programa e nos compromissos assumidos pela CDU, foram consideradas todas as propostas apresentadas pelas forças políticas e, também, ideias e propostas de instituições, associações, dos conselhos e comissões municipais e cidadãos. Disse que, no seguimento das reuniões com as forças políticas, no âmbito da elaboração das Opções do Plano e do Orçamento, as propostas apresentadas pelo PS tinham sido aceites conforme explicitado. Também boa parte das propostas do PSD foram incluídas conforme explicitado.

Explicou que o tema geral escolhido para 2019 é “Évora Cidade Candidata a Capital Europeia da Cultura/2027”, iniciando-se a fase de lançamento público e envolvimento participativo de todos os que queiram contribuir para aquele projecto. Lembrou que, ainda que a Câmara Municipal lidere o processo, a candidatura está a ser dirigida por uma Comissão Executiva, constituída pela Câmara Municipal, Turismo do Alentejo, Universidade de Évora, Direção Regional de Cultura, CCDRA, CIMAC, Fundação Eugénio de Almeida e Agência de Promoção Turística do Alentejo.

Referiu, de seguida, as principais condicionantes às Opções do Plano e Orçamento para 2019. A primeira é a proposta de Orçamento de Estado para 2019, com aspetos positivos, como o aumento da transferência de verbas em 2,75% acima do estabelecido pela Lei das Finanças Locais, 5%, o que permite uma pequena compensação em relação a anos anteriores, como algumas facilidades quanto ao endividamento e à Lei dos Compromissos, como a possibilidade de alargar prazos e melhorar condições nas dívidas ao sistema multimunicipal da Águas do Vale do Tejo, como recuperação de rendimentos para os trabalhadores da função pública. E com aspectos negativos, como, por exemplo, limites à contratação de trabalhadores, restrições ao endividamento, continuidade da Lei dos Compromissos ou desmesuradas exigências de informação.

A segunda é a condicionante financeira orçamental decorrente da dimensão dos compromissos e dívidas herdadas da gestão PS e a sua evolução. A terceira é a condicionante económica que continua a exigir medidas para a ultrapassar o desequilíbrio económico estrutural herdado e sua



evolução positiva no anterior mandato e em 2018. A quarta é a lenta e insuficiente recuperação da autonomia municipal retirada por vários governos anteriores. A quinta é o PAEL, assinado em 2013, e que a DGAL recusou renegociar por falta de legislação. A última é o Plano de Saneamento Financeiro, que tem permitido a recuperação económica e financeira do Município e cujo exigente cumprimento é essencial ao Município.

De seguida, abordou a possível situação económica e social no concelho em 2019. Referiu que é provável a continuidade da melhoria da situação global, destacando a continuidade de criação de emprego, ainda que com peso da precariedade, a atracção de novos trabalhadores e famílias a Évora, a recuperação lenta dos rendimentos do trabalho, das reformas, pensões e prestações sociais, a redução do desemprego, ainda que cerca de metade dos desempregados sem subsídio, a melhoria da situação das pequenas e médias empresas. Contudo, chamou a atenção que se mantém uma situação social preocupante para muitas famílias pobres, flagelo que afecta mais de um quinto da população, sendo um problema estrutural e sistémico, persistindo famílias sem rendimentos. Também estrutural é o problema da enorme injustiça na distribuição do rendimento e da riqueza.

Prosseguindo, destacou alguns dos principais programas e ações da proposta de Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2019. Referiu a prioridade na prossecução da recuperação económica e financeira estrutural do Município, com base no Plano de Saneamento Financeiro em curso. Disse que é esta recuperação que assegura capacidade para aumentar investimentos estruturais e actividades essenciais ao desenvolvimento do concelho, incluindo a melhoria das condições e qualidade de vida das populações.

Destacou que, pelo terceiro ano consecutivo, é possível manter a redução do IMI de 0,5% para 0,45% e isso deve-se à melhoria das contas municipais conseguida.

Disse que estão já a decorrer trabalhos em várias áreas, como o ordenamento do território, a educação, a área social, a habitação ou a juventude, e com ampla participação, para a formalização de estratégias sectoriais, apontadas ao desenvolvimento e que irão prosseguir e aprofundar-se em 2019.

Afirmou que 2019 é o ano em que o Plano de Investimentos Estruturantes alargará e consolidará a sua concretização destacando:

- O Programa Revitalização do Centro Histórico, incluindo o PEDU, que envolve cerca de 15 milhões de euros, até 2022, e que avançará com obras como o Salão Central, 1ª fase do TGR, ligação pedonal entre o CH e a zona norte;
- O Programa de Requalificação de Escolas Municipais, que prosseguirá, ultrapassando 1 milhão de euros em obras, como na Escola de Almeirim, de S. Mamede ou Manuel F. Patrício;
- Prossegue a requalificação do Palácio D. Manuel, com a criação do Centro de Acolhimento ao Turista, com cerca de 1,2 milhões de euros;
- Obras diversas nas freguesias.

Reafirmou a importância e prioridade ao desenvolvimento económico e, em particular, à criação de emprego e à atracção de investimento, referindo como sectores cuja grande dinâmica vai continuar:

- O “cluster” da aeronáutica, onde a recente fábrica da Mecachrome está a crescer, onde há que acompanhar a Embraer, face à situação criada pelo negócio com a Boeing, onde negociamos novas empresas;

- 
- O turismo que continua a crescer a 20% ao ano;
 - O sector da electrónica e das tecnologias da informação em expansão;
 - O sector agroalimentar, decisivo para a ocupação equilibrada do território, em particular, nas zonas rurais.

Depois, afirmou que a defesa da escola pública, de qualidade e a que todos tenham acesso se mantém como prioridade estratégica. Continuará a ser concretizado o investimento de mais de um milhão de euros em escolas municipais, incluindo a Escola Manuel F. Patrício, cuja degradação estrutural é da responsabilidade do Ministério da Educação, porque é um problema que se arrasta e piora desde a sua construção. Contudo, disse, o principal problema continua a ser a falta de mais de 30 assistentes operacionais, que o Governo teima em não contratar e que põe em risco o funcionamento e a segurança de boa parte das escolas da responsabilidade do Ministério da Educação. A Câmara Municipal, dada a gravidade e agravamento da situação, decidiu denunciar o contrato de execução com o Governo, processo que se espera concluir de forma negociada até final de Fevereiro. Garantiu que a Câmara Municipal colocará os trabalhadores necessários nas escolas que são da sua responsabilidade e continuará a exigir que o Governo cumpra as suas obrigações, quer na contratação de pessoal, quer na recuperação de escolas degradadas, como a Escola André de Gouveia, sendo que a Câmara estará sempre disponível para colaborar em soluções que sirvam os interesses da comunidade escolar e de Évora.

Continuará a ser reforçada a intervenção na área social onde, disse, a situação de pobreza de 30% da população exige políticas nacionais de redistribuição do rendimento e justiça social. Destacou a importância de reforçar a Rede Social, de dar continuidade ao Plano Integrado de Apoio Social e, sobretudo, de consensualizar uma estratégia para o sector, envolvendo todos os agentes, com base no diagnóstico e na carta social. Fez uma referência particular à área da habitação social, onde a Habévora continuará a ser o principal instrumento de política municipal, mas onde é necessário ir mais longe, nomeadamente insistindo nas propostas para um programa nacional que, a curto prazo, responda às famílias mais carenciadas de habitação social, o que é possível, se houver vontade política. Disse aguardar com expectativa os anúncios de programas do Governo para esta área e, em particular, os instrumentos e recursos que serão disponibilizados.

Na área do ambiente, destacou a defesa da posse e da gestão pública da rede de abastecimento de água e saneamento e reafirmou que continuarão a exigir a saída do sistema multimunicipal de águas, recuperando as competências municipais e garantindo o acesso de todos à água de qualidade. Lembrou que aquele negócio da água é uma das principais causas que levou o Município à situação económica e financeira desastrosa em que se encontrava em 2013. Disse que, desde o início do contrato até agora, o Município já foi debitado em mais de € 90 milhões de euros pelas Águas de Portugal.

Asseverou que a higiene e limpeza públicas irão ser objecto de um programa global, com o objectivo de garantir uma melhoria significativa da resposta municipal. O programa inclui reforços importantes nos montantes de investimento em equipamentos, no reforço de pessoal, em campanhas de sensibilização, na reorganização do serviço, na cooperação com as freguesias.

Continuando, abordou a necessidade de relançar o planeamento do ordenamento do território e do urbanismo. Disse que prosseguirá a revisão do Plano de Urbanização da cidade e se procurará iniciar os trabalhos de revisão do Plano Director Municipal que, contudo, oferece alguma complexidade. Igualmente, se procurará continuar a melhorar a capacidade de resposta no âmbito da gestão urbanística.

Salientou que a gestão participada, aberta, transparente e democrática continuará a ser assumida como opção programática determinante e se aprofundará. Referiu que se pretende aprofundar o trabalho com as freguesias, no respeito pela autonomia mútua, melhorando os instrumentos de descentralização e garantindo o princípio de que as transferências financeiras serão, no mínimo, iguais às que o Município recebe do Governo. Será reforçada a valorização das freguesias rurais e a relação entre as freguesias e a cidade.

Aflorou, depois, as áreas da juventude e do desporto, tendo salientado a importância de reforçar a política de juventude da autarquia, no respeito pela autonomia dos jovens, para o que será decisivo o diagnóstico juvenil bem como o trabalho da Comissão Municipal de Juventude.

Na área do desporto, apontou a necessidade de continuar a chamar à participação todos os agentes desportivos, prosseguindo o incentivo à colaboração entre todos. Destacou a importância do funcionamento do Complexo Desportivo, em parceria com o IPDJ.

Na área da proteção civil, destacou a qualidade e capacidade operacional do serviço municipal e a importância do funcionamento regular da Comissão Municipal.

Enfaticou, de seguida, a proposta de Orçamento Municipal, dizendo que já está muito próximo do orçamento real, tendo notado que está 6,1% abaixo do Orçamento de 2018, situando-se nos 54 milhões de euros. Contudo, ainda se regista um valor de cerca de 7 milhões de euros de dívida transitada e de receita ainda não garantida, sobretudo, decorrente de candidaturas a fundos comunitários. Sublinhou o elevado valor de obrigações financeiras, decorrentes da situação económica e financeira herdada, e que se prevê ascender a 6,1 milhões de euros, sendo 4,6 milhões para pagar dívida e 1,5 milhões de euros de juros. Lembrou que o contrato ruinoso com a Águas de Portugal ainda pode onerar o Município em mais de 8 milhões de euros, de processos em contencioso no Tribunal Administrativo.

Concluiu considerando que esta proposta de Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2019 mantém as preocupações com o reequilíbrio económico do Município, é ambiciosa, porque consolida o investimento estruturante já iniciado em 2018, garante um conjunto de programas municipais diversificados e reforçará o caminho em curso de desenvolvimento do concelho e de melhores condições e qualidade de vida para as populações.

Depois, o Sr. **Ananias Quintano** leu o seguinte texto: «O PS tem pautado a sua conduta pelo sentido da responsabilidade, quer a nível nacional, quer a nível local. Foi por isso que votámos contra a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2019, aqui apresentado em 7 de Dezembro. Fizemo-lo porque, do nosso ponto de vista, os documentos eram muito pouco claros, nas suas opções e na distribuição de verbas. As opções tomadas por este Executivo estão bem longe de serem as nossas e, por isso, resta-nos, por agora, contribuir para clarificar muitas dessas opções junto dos munícipes, para que eles as entendam, e contribuir, também, para que o Orçamento tenha muito maior transparência. Foi neste sentido que aceitámos a negociação proposta pelo Sr. Presidente da Câmara, que registámos. No entanto, esperamos que no futuro essa negociação formal possa ocorrer antes da apresentação do Orçamento. Na reunião efectuada apresentámos seis propostas. Uma primeira referente à utilização, por parte do Executivo, de todos os instrumentos legais existentes que permitam a liquidação do PAEL.

Numa segunda, um plano de compromissos ou intervenções nas Juntas de Freguesia de Évora, a executar até ao final do mandato autárquico. Para a avaliação destes planos, propusemos encontros regulares entre os Presidentes das Juntas, que se constituírem como comissão para negociar com o Executivo.

Uma terceira proposta tem a ver com a regularidade na prestação de informação à Assembleia Municipal, do processo de candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027.



Uma quarta proposta visa a criação de áreas urbanas nas freguesias rurais.

Quinta, propõe maior clarificação orçamental, com a declaração das verbas inscritas na rubrica «**Outros**», no Orçamento Municipal para 2019. É um orçamento participativo, que seria como projecto piloto, que daria uma alocação de 0,1% do Orçamento Municipal para esse orçamento.

Das propostas que apresentámos verificamos que cinco delas estão contempladas nas alterações agora apresentadas. Não está o orçamento participativo, embora tenhamos a promessa do Sr. Presidente de que apresentará um relatório anual sobre a distribuição do programa Évora Participativa.

Como sempre, os interesses das pessoas estão no cimo das nossas preocupações e, porque estamos de boa-fé, iremos viabilizar este Orçamento. No entanto, isto implica o cumprir de um compromisso assumido nas negociações efectuadas, por parte de Executivo, ao longo de 2019. Estaremos atentos à aplicação do Plano de Actividades para 2019 e como serão distribuídas as verbas para a sua execução. Entendemos que o PS conseguiu o acordo possível para viabilizar o Orçamento Municipal para 2019, mas também entendemos que este é o Orçamento da CDU e não o nosso e, por isso, a bancada do PS irá abster-se».

Numa interpelação ao Executivo, o Sr. **Frederico Carvalho** mostrou interesse em saber quais tinham sido as propostas sugeridas pelas diversas forças políticas e quais tinham sido acolhidas pelo atrás citado, para mais tendo conhecimento que algumas do PS e do BE tinham sido aceites, ao contrário das do CAE 2017.

Logo após, o Sr. **Nuno Alas** disse. *“Quero só recordar, aos colegas da A. M., que o PSD só apresentou três propostas, mas pedimos alguma coisa que se visse, porque é isso que os eborenses precisam. Sr. Presidente. Por insondáveis razões, Évora nem sequer passou pela década de 80, fabulosa neste país, onde se construiu tudo, piscinas, pavilhões e estradas, a qual continua parada, sendo que o PSD queria inverter um bocadinho isto. Bem sabemos que, na reunião que tivemos com o Sr. Presidente de Câmara, o mesmo mostrou alguma disponibilidade para negociar, com o Ministério da Educação, a assunção dos 7,5% da construção da Escola André de Gouveia, e registámos isso como um bom sinal, só que esta tentativa de revogar o acordo, com a qual não concordámos, só podia resultar na abertura do ano lectivo com a ocorrência de tumultos ou problemas. Quando se erra, é necessário mudar de procedimentos. Temos vindo a veicular a nossa disponibilidade para fazer de Évora um exemplo, a nível da educação, onde a Câmara Municipal tenha uma intervenção forte, nas AEC's, nas infraestruturas escolares, no apoio pedagógico e a todo o sistema de ensino, para que Évora se destaque verdadeiramente na educação. E com isto, Sr. Presidente, consegue trazer mais quadros qualificados e consegue dar um sinal de modernidade, e foi este o nosso objectivo.*

A terceira questão era expurgar dos documentos toda a «traulitada» que o Governo PSD/CDS levou, dado que «quem não se sente não é filho de boa gente», e será, para nós, difícil votar um documento onde a toda a hora estamos a levar pancada.

Lamentamos, contudo, que este exercício de melhoria das GOP e Orçamento tenha sido uma «mão cheia de nada», que os partidos da oposição, nomeadamente o PS e o BE, aqui apresentaram, porque para viabilizar documentos e andarmos aqui quase a fazer de conta que se aprova, com avanços e recuos, pedindo-se estudos e definições de planos de acção nas freguesias, quando já existem acordos interadministrativos e de execução, eu acho que isso é o papel institucional que cabe ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia. Chumbar um Orçamento para depois apresentar este «balde cheio de vento», andamos todos aqui a perder um pouco de tempo. Se as propostas do PSD tivessem sido acolhidas, Évora ficaria melhor e as GOP e o Orçamento estariam bem melhores, na nossa opinião”.



Por seu turno, o Sr. **Vicente de Sá** leu um texto com a seguinte redacção: «O Bloco de Esquerda coloca-se, como sempre, do lado de quem quer encontrar soluções à esquerda para a condução dos destinos do país e das autarquias, considerando que a negociação à esquerda permite a iraplementação de políticas que dão resposta aos problemas concretos da vida dos nossos concidadãos e concidadãs. Porque, nas últimas eleições autárquicas, os eborenses expressaram a sua vontade e 70% do eleitorado decidiu confiar o seu voto aos partidos à esquerda, será à esquerda que a maioria dos nossos concidadãos e concidadãs esperam que sejam encontradas as soluções de governação do município. Por isso, depois do resultado da última reunião desta Assembleia, o Bloco de Esquerda tomou a iniciativa e disponibilizou-se para trabalhar para que fosse encontrado um entendimento à esquerda, em torno de propostas concretas, de modo a que a actividade municipal e o desenvolvimento, no próximo ano, de projetos de maior envergadura não ficassem comprometidos por uma rejeição das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019. Tendo como base este ponto de partida, e cientes da correlação de forças existente na Assembleia Municipal, considerámos ser nossa responsabilidade contribuir para uma possível solução, apresentando propostas que nos parecessem exequíveis e que não colidissem com o programa municipal de governação da CDU, sufragado nas últimas eleições autárquicas.

Assim, propusemos que as Grandes Opções do Plano para 2019:

- Destacassem a candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, como projecto mobilizador da participação das distintas entidades, em especial dos agentes culturais, e da comunidade, na construção de um programa de acção detalhado, no qual se pudesse ver reflectida a ambição colectiva de um projecto ganhador;

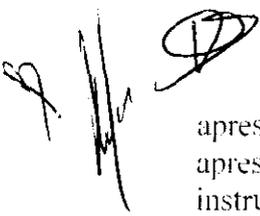
- Reflectissem o compromisso de transparência na gestão, melhorando, simultaneamente, o cumprimento das normas da contratação pública, tornando acessível a consulta pelos munícipes, no sítio da internet da Camara Municipal, da informação relativa à contratação realizada, incluindo a lista de candidatos convidados, sempre que se recorra a contratação por ajuste directo ou por consulta prévia;

Considerámos que Évora se constituiria como um território mais solidário, mais inclusivo, mais justo e, seguramente, um referencial de modernidade com a inclusão nas GOP de projectos visando:

- A elaboração de um plano de acção contra a violência de género;
- O desenvolvimento de um Plano de Acção Local "Évora das Crianças", com vista à integração de Évora na rede de Cidades Amigas das Crianças;
- O desenvolvimento de um plano de acção para a inclusão das pessoas com deficiência;
- A criação de um Programa de Reconhecimento de Lojas e Entidades históricas;
- A revisão do Regulamento da Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património, na sua qualidade de órgão consultivo camarário, desenvolvendo a sua componente propositiva e para que possa preparar as bases para um Plano Estratégico de Defesa do Património;
- A finalização, no decorrer do ano de 2019, do Debate Público sobre a Feira de São João e a apresentação pública das conclusões;
- A definição de um Plano de Mobilidade Municipal;
- A elaboração de um Regulamento Municipal de Bem-estar e Saúde Animal.

Em relação ao Orçamento, considerámos que um anexo que explicitasse as actividades/investimentos previstos em todas as sub-rubricas "outros" e "diversos" permitiria uma melhor leitura por parte de todos os eborenses. Às nossas propostas foram dadas respostas satisfatórias e foi com enorme satisfação que constatámos que o Executivo Municipal reformulou o Plano e Orçamento para 2019 que passaram, agora, a incluir quer propostas do Bloco de Esquerda, quer do Partido Socialista, abrindo, assim, espaço para que possa ser aprovado nesta reunião da Assembleia Municipal.

O Plano e Orçamento apresentados não são, naturalmente, a proposta que o Bloco de Esquerda



apresentaria aos eborenses, mas não duvidamos que o acolhimento das propostas que apresentámos constituiu um sinal positivo na qualidade da democracia e um salto qualitativo nos instrumentos previsionais apresentados à população. Desta forma, o Bloco de Esquerda dará o seu voto favorável ao revisto Plano e Orçamento municipais, com a confiança de que as suas propostas não serão apenas promessas de intenções, mas sim medidas concretas a executar no interesse da população do concelho».

Posteriormente, O Sr. **José Figueira** declarou: *“Nós gostaríamos de reafirmar aquilo que, no passado dia 7 do corrente, tivemos ocasião de dizer e depois repetir em sede de declaração de voto. Aí procurámos evidenciar os aspectos mais relevantes do documento que estava em análise, não deixando de referir os pormenores, quer no capítulo do Plano de Actividades e do Plano Plurianual de Investimentos, quer no capítulo do Orçamento, que mereciam a justificação do nosso voto favorável.*

Ouvimos aqui, hoje, o Sr. Presidente da Câmara informar esta Assembleia da metodologia que foi encetada antes da aprovação das GOP e do Orçamento, em reunião de Câmara do dia 31 de Outubro, e depois ouvimos, novamente, a metodologia muito idêntica àquela que foi feita na 1ª fase, após o PS, o PSD e o CAE 2017 terem votado contra, no passado dia 7, estes documentos previsionais. Fica claro, pela forma como o Executivo desenvolveu, nas primeira e segunda fases, todo o trabalho de diálogo com as diferentes forças políticas com assento na A. M., de maneira clara, transparente, ética e politicamente correcta, como foram acolhidas as novas propostas de todas as bancadas, que anteriormente não tinham sido apresentadas. Aproveito para perguntar se estas propostas que as forças políticas apresentaram, nesta fase de diálogo com a Câmara Municipal, já tinham sido apresentadas na anterior fase?

Para nós, esta posição da CDU, na gestão do município, continua a reafirmar e a reforçar o trabalho de partilha e cooperação, pelo que a sua votação será idêntica à verificada no dia 7 de Dezembro”.

Respondendo às interpelações registadas, o Sr. **Presidente da edilidade** esclareceu que, nesta nova fase de negociações, a Administração Municipal respondera, por escrito, a cada uma das forças políticas, com a identificação, proposta a proposta, da sua posição, do que era aceite ou não, adiantando que, para que a situação se tornasse transparente e clara assumira o compromisso de anexar os documentos à acta da reunião de Câmara do 21 de Dezembro.

Relativamente ao PS, elucidou que o mesmo, na primeira fase, tinha apresentado quatro propostas, todas aceites e algumas delas transitadas do exercício anterior, não esquecendo que as novas seis propostas tinham sido todas acolhidas, com excepção de uma, e que algumas delas já estavam incluídas nas GOP e no Orçamento para 2019.

Sobre as questões do PSD, fez saber que a primeira proposta tinha a ver com a Escola André de Gouveia e que ela estava incluída no Plano, só que a autarquia não aceitava que a sua posição fosse unilateral, ou seja, que a própria tivesse que financiar o Governo, mas que não acontecesse o contrário. Assim, revelou que o Executivo propusera ao Ministério da Educação uma condição considerada lógica, simples, justa e moral, que era o princípio da reciprocidade, isto é, a CME admitia ajudar o Governo a resolver o problema da Escola André de Gouveia e, em contrapartida, o dito ajudava o município a criar pré-escolar na Freguesia da Horta das Figueiras, estando-se a aguardar resposta.

No que concerne ao contrato de execução, explicitou que o PSD tinha todo o direito de alterar as suas posições, de forma incoerente, segundo o entender da Administração Municipal, porque o que se tinha passado no início do vigente ano lectivo tinha sucedido no ano anterior, vincando que em 2017 também algumas escolas não tinham aberto, só que não tinha havido tanto mediatismo sobre o caso. Justificando, ressaltou que no ano anterior também houvera falta de assistentes



operacionais e que os problemas da educação não eram só de agora, mas sim de há quatro anos a esta parte. Ainda neste domínio, frisou ainda que o município tinha uma opção clara, sendo por isso que estava a fazer 1M€ de investimento nas infraestruturas escolares e outros investimentos no sector, incluindo nos estabelecimentos das freguesias rurais.

Mais à frente, opinou que não existia nenhum documento que não tivesse opções ideológica, mas fez notar que as GOP e o Orçamento tinham sido tratados com frontalidade e sempre com grande respeito pela forma de pensar da oposição.

No que toca ao BE, revelou que não tinham sido incluídas algumas propostas porque já constavam nos documentos, tal como acontecia com as do CAE 2017.

Tornando a falar, o Sr. **Frederico Carvalho** afirmou: *“Sr. Presidente da CME, confesso que fiquei um pouco desiludido com as suas explicações, nomeadamente com as propostas que tinham sido avançadas pelos dois partidos da oposição (BE e PS). Percebi que tinham sido acolhidas seis medidas, oriundas do PS, quatro introduzidas e duas que já estavam previstas nas GOP. Da parte do BE fiquei sem perceber quais foram aceites.*

No seguimento disto, não vou aqui rebater, em nome da CAE 2017, quais foram os motivos pelos quais votámos contra, que são do conhecimento do Sr. Presidente e desta Assembleia, sendo que estivemos de boa-fé e apresentámos «cinco propostas e meia», na reunião ocorrida com o Sr. Presidente e a Sra. Vereadora Sara Fernandes, visando melhorar a estratégia para o próximo ano, nomeadamente ao nível do desenvolvimento da actividade económica. Também falámos do PDM e pensamos que ter lá uma rubrica a dizer «Processo para revisão do PDM» fica um pouco aquém daquilo que nós pretendemos que seja a discussão efectiva desta ferramenta tão estruturante para o ordenamento do território.

Apontámos, também, uma questão importante, que tem a ver com a desertificação e abandono das freguesias rurais e, para isso, falámos de um Dia das Freguesias, para que elas mostrassem a sua pujança, económica, social e associativa, que permitisse aproximá-las dos eleitores. É importante que as Freguesias e o centro da cidade entendam quais são os grandes desafios dessa ruralidade. Ainda sobre as Freguesias rurais, nós apurámos três delas que deviam de beneficiar de parques industriais, designadamente N.º Sra. de Machede, S. Sebastião da Giesteira e Torre de Coelheiros. Efectivamente, para uma das três está previsto, na página 35, que é N.º Sra. de Machede, sendo que para as outras não está nada previsto. Sobre esta questão, queria deixar aqui uma interrogação: é ou não verdade que a fábrica de descasque de amêndoa estava prevista para Torre de Coelheiros? Foi-nos dito, por informação fidedigna, que havia todo o interesse em que a referida unidade, que, neste momento, estará destinada para S. Bento do Mato, fosse instalada em Torre de Coelheiros. Era importante que também houvesse esta segurança e este clima de total transparência sobre estas informações e sobre qual é a estratégia de desenvolvimento económico e sustentável desta autarquia.

Por outro lado, estamos um pouco saturados, desculpe o desabafo, de ouvir frases de que vamos estudar e pensar a Feira de S. João. Nós achamos que, para um bom começo, era importante criar um novo elam, através da criação de um grande evento desportivo que fosse alocado a esse programa oficial, mediante um mecenato, em que fosse possível, quase com custos bem modestos, a Câmara criar um novo desenvolvimento e um novo figurino para a Feira de S. João.

Quanto à proposta final de limpeza e higiene públicas, achamos que é redundante sobre aquilo que foi discutido no Orçamento transacto. Nós desejaríamos que estas medidas fossem implementadas, que eram só para dar um claro sinal de que nós podíamos mostrar vontade de abertura para uma possível abstenção, mas como não estão todos os itens aqui concretizados, nós iremos manter o nosso voto, que é o de votar contra”.

Por sua vez, o Sr. **Adelino Fonseca** recordou que os membros estavam ali a cumprir uma função fiscalizadora e não executiva, cabendo-lhe avaliar a proposta de Orçamento que tinha sido

apresentada, merecendo a mesma a sua aprovação, ou não, não esquecendo que o documento anterior não reunia as condições mínimas necessárias e não correspondia às expectativas dos eleitos do PS, para lhe poderem conferir um voto favorável, pensando que tal tinha sido uma atitude democrática e legítima. Neste domínio, também lembrou que tinham decorrido negociações com os partidos com o intuito de viabilizar o Orçamento, mas que tinha sido preciso torná-lo mais claro e haver uma maior transparência nos compromissos, o que tinha sido possível alcançar, não olvidando que os próprios membros da CDU tinham introduzido alterações, com vista a melhorá-lo, significando, para si, que os eleitos do PS tiveram toda a razão no acto praticado.

A seguir, o Sr. **Luís Ramalho** asseverou: *“Este documento, que nos chegou agora, aborda a questão das escolas rurais e eu recorro que a Escola Básica de S. Miguel de Machede encerrou no mandato passado, o que nos causou alguma tristeza, porque ela acabava por dar um pouco de vida a uma Freguesia tão pequena, com as crianças a brincar e a saltar e com o movimento dos avós a irem buscá-las, o que lhe conferia alguma dinâmica. Os pais e encarregados de educação perceberam que não havia condições para continuar, porque apenas frequentavam o estabelecimento 7 ou 8 alunos, do 1º ao 4º ano. Acho que, no caso das escolas rurais, temos que apostar num ensino diferente, levando alunos da sede do concelho para lá, através de programas alternativos, podendo os próprios aprender muito mais ao ar livre e usufruírem da carpintaria e das hortas. Tudo isto é pedagogia e pode contribuir para se sair de um ambiente controlado, que é a sala de aula.*

No que se refere às ARU's, fico agradado com a proposta do PS, o que vai permitir trabalhar-se mesmo a sério, com as plantas de cada freguesia rural já criadas, porque o mundo rural está a ficar envelhecido e as casas estão a começar a ficar velhas e degradadas, o que não cativa as pessoas a irem para lá.

Sobre o Plano de Actividades, penso que alguns dos termos e linguagem que aqui estão poderiam ser alterados. Por exemplo, quando se fala em «Sistema Multimunicipal de Águas e Saneamento e o leonino contrato decorrente»(...), julgo que o termo leonino podia ser dispensado.

Mais à frente diz-se que: «Os jovens olham com preocupação o seu futuro e quando entram no mercado de trabalho as suas expectativas de vida são duramente tolhidas(...). As expressões sublinhadas acabam por tornar o documento ainda mais pesado e menos entendível, creio eu.

Por outro lado, também se escreve «Iniciámos, no mandato anterior, um longo caminho para atingir elevados padrões de limpeza, reciclagem e higiene pública, face à situação calamitosa que se vivia, sobretudo, na cidade». Já aqui foi discutido que Évora continua a precisar de melhorar a higiene pública e todo esse processo devia de ser melhorado”.

Entretanto, o Sr. **José Russo** quis relevar e dar importância ao processo decorrido entre a sessão de 7.12.2018 e esta, em relação à discussão do Orçamento municipal, não esquecendo que as várias posições assumidas iriam ficar apenas ao documento e que todos os membros, quando tivessem vagar, iriam ter tempo para perceber as diferenças das ideias de cada força política. No mesmo sentido, aplaudiu a conclusão a que se tinha chegado, fruto de algum tempo de reflexão, parecendo-lhe que era bom que existisse um orçamento a partir de Janeiro/19, sublinhando que se poderia governar o município com duodécimos, mas que não seria a mesma coisa.

Sobre as opiniões do orador antecedente, salientou que as respeitava e que elas eram resultado da democracia vigente, apesar de pensar de maneira diferente.

De imediato, o Sr. **José Piteira** declarou: *“Dou o meu voto favorável ao Orçamento, porque considero que as melhorias são assinaláveis. Tudo o que se fizer para beneficiar as freguesias rurais é bem-vindo. Muitos dos presentes não terão consciência do que é não ter uma caixa de multibanco ao pé, dado que a gente passa pela cidade e encahamos nelas a toda a hora. A título*

de exemplo, S. Miguel de Machede paga 150 €/mês para ter lá uma caixa de multibanco. Em Torre de Coelheiros e N.ª Sra. de Machede termina, em 31 de Dezembro/18, o acordo gratuito que têm e para o manterem terão que pagar 250€/mês, durante 5 anos, representando uma despesa de 15.000 € para manter tal serviço, que deveria ser um direito público de qualquer cidadão. Neste aspecto, as freguesias rurais que têm mais dificuldades são as mais discriminadas, e isso são «pregos para o caixão», como se costuma dizer, por que qualquer pessoa que queira ir viver para uma freguesia rural tudo conta, desde ter escola, multibanco, correios, etc. É evidente que não cabe a esta Assembleia definir estratégias para isso e, como sabem, para os bancos, cada vez mais, tudo o que não dá lucro é para encerrar, sendo que nós, na Junta de Freguesia, já tivemos várias reuniões com a população, para tentar ver o que é que esta pretende. Uns dizem que sim, que a Freguesia deve pagar os 3.000 €/ano para manter o multibanco, mas há outros que dizem que não, porque não faz sentido aquilo que nós temos pago, ao longo dos anos, à banca. Por isso, tudo o que se fizer para as freguesias rurais é pouco. Eu acho que este Orçamento, com estas alterações, é benéfico, mas é preciso dizer à C. M. que estaremos atentos, sobre a sua actuação no próximo mandato”.

Perante as interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da edilidade** prontificou-se a responder às mesmas, considerando injustas as questões colocadas pelo Sr. F. Carvalho, porque o Executivo tinha assumido os compromissos por escrito. Exemplificando, frisou que, relativamente ao Dia das Freguesias, a Administração Municipal aceitava a proposta, mas que era de seu entendimento que a própria não devia tomar unilateralmente tal posição e que devia de discuti-la com as Juntas.

Acerca dos parques industriais, garantiu que os processos estavam em curso, tanto os de N.ª Sra. de Machede, como o de S. Sebastião da Giesteira, sendo que desconhecia completamente qualquer proposta para instalar uma fábrica de descasque de amêndoa em Torre de Coelheiros, fazendo notar que, obviamente, não se iria fazer um leilão entre duas freguesias rurais para o efeito.

Quanto ao assunto dos terrenos municipais, acentuou que se estava a tratar da situação, nomeadamente em termos de lotes, e que as Opções do Plano faziam menção ao PDM.

No que toca ao evento desportivo da Feira de S. João, achou que a matéria devia de ser discutida no âmbito do certame.

No que concerne à limpeza e higiene, destacou que tal estava previsto nas Opções do Plano, assumindo que o tema era uma prioridade para o próximo exercício, especialmente ao nível do ir vestimento.

Acerca da intervenção do Sr. A. Fonseca, recordou que o PS, com os mesmos documentos, abster-se na reunião de Câmara, enquanto votara contra na A. M., sem ter colocado qualquer questão no espaço de tempo decorrido (um mês e sete dias), realçando que, entretanto, se fizera a negociação e se chegara a um acordo, pelo que a situação estava clarificada.

No que concerne à alocação do Sr. L. Ramalho, lembrou que o próprio é que dissera, na sessão anterior, que a escola primária tinha fechado por causa dos pais da Freguesia, ao contrário do que pretendia a edilidade.

Com respeito às ARU das freguesias, recordou que já se tinha chegado a um acordo, aquando da apresentação de uma proposta no PAOD de outra sessão.

Em relação ao sistema multimunicipal, declarou que subscrevia integralmente a expressão contrato leonino, a qual recordou que era da autoria do antigo Presidente da AME, Luís Capoulas Santos, proferida, em plena assembleia, aquando do contrato estabelecido entre a Câmara e a Águas de Portugal. Justificando, asseverou que estar-se a pagar água da chuva para ser tratada em ETAR's era, no mínimo, algo que não passava pela cabeça de ninguém e que era absolutamente iraceitável.

Por outro lado, admitiu quer pudesse haver, nas Opções do Plano, palavras desapropriadas, mas fez notar que, em relação aos jovens, não tirava uma única linha, porque os mesmos encontravam imensas dificuldades no acesso ao mercado de trabalho.

Não se registando mais pedidos de palavra, o Sr. **Presidente** colocou o 1º ponto da ordem do dia à votação, o qual foi aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor (catorze da CDU, um do BE e um do MMPI), quatro votos contra (três do PSD e um da Coligação «Afirmar Évora 2017») e treze abstenções (do PS).

O Sr. **Nuno Alas** solicitou que a sua intervenção neste ponto fosse considerada como declaração de voto.

Declaração de voto do Sr. José Figueira: *“No passado dia 7 de Dezembro, tivemos a oportunidade, no âmbito do debate encetado na reunião da Assembleia Municipal, de deixarmos a nossa análise e o nosso voto favorável às Opções do Plano e ao Orçamento do Município para o ano de 2019. Na nossa intervenção, que se traduziu igualmente em declaração de voto, procuramos evidenciar os aspectos mais relevantes dos documentos em análise, não deixando de referir os aspectos que, quanto a nós, quer no capítulo do Plano de Atividades e PPI, quer no capítulo do Orçamento, mereciam a justificação do nosso voto favorável. De acordo, com a explicitação do Executivo Municipal, na pessoa do Presidente da CM, o processo de elaboração dos documentos previsionais para 2019, na sua primeira fase (antes da reunião da AM de 7 de Dezembro), teve a auscultação de todas as forças políticas, que igualmente apresentaram as suas propostas, tendo sido informadas sobre o que tinha sido aceite e estava considerado na proposta inicial das Opções do Plano e Orçamento. Os votos contra, aos documentos, de PS, PSD e “Afirmar Évora” inviabilizaram a sua aprovação na reunião de dia 7 de Dezembro, apesar do processo de auscultação e da aceitação de grande parte das propostas então feitas. A alteração da posição do PS, ao abster-se na reunião de CM de 31 de Outubro e votar contra na AME de 7 de Dezembro, tendo as suas propostas sido aceites, só pode ser explicada por taticismo político de circunstância sem qualquer fundamento.*

Encetado um novo processo de auscultação, junto de todas as forças políticas com assento na A. M. de Évora, por parte do executivo da CM, na pessoa do seu Presidente, no quadro das suas competências, e usando metodologia, já antes utilizada, (conforme está expresso na nota informativa introdutória aos documentos previsionais), podemos constatar que, mais uma vez, de forma clara, transparente, ética e politicamente correta, foram acolhidas novas propostas (apresentadas pelas forças políticas com assento na A. M.), que anteriormente não tinham sido apresentadas, continuando-se a reafirmar e a reforçar o trabalho de partilha e cooperação que marca a gestão CDU à frente dos destinos do Município de Évora. Não cedendo a insinuações, a inverdades e pressões, a gestão CDU na Câmara Municipal, confirma que vai continuar a executar o seu programa de governo municipal sufragado pelas populações em Outubro de 2017, bem como confirma a abertura ao diálogo e à negociação, acolhendo propostas que favorecem Évora e o seu povo. A CDU reafirma (após um longo período de gestão desequilibrada e de estagnação que findou em 2013), com as Opções do Plano e Orçamento para 2019, a continuação e reforço da defesa dos interesses e do desenvolvimento do concelho de Évora, das Pessoas, das Associações e Coletividades, das Instituições e do tecido Empresarial, dos Trabalhadores e das Populações.

Em face do exposto, justifica-se o Voto Favorável da bancada CDU às Opções do Plano e do Orçamento para 2019 do Município de Évora».

Entretanto, o Sr. **Ananias Quintano** entregou o documento por si lido, mostrando interesse em que o mesmo fosse considerado como declaração de voto.

O Sr. **Vicente de Sá** afinou pelo mesmo diapasão.

PONTO 2 – DELIBERAÇÃO ACERCA DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA PARA O ANO DE 2019

O Sr. **Presidente da autarquia** recordou que o Mapa de Pessoal estava ligado às O. P. e Orçamento e que as explicações relativamente à adequação do dito documento estavam contidas no próprio.

Depois enfatizou que ainda que não fosse possível, em 2019, proceder-se a todas as correções necessárias ao desequilíbrio existente na área do pessoal, a edilidade estava a proceder em conformidade, através da contratação de novas pessoas, dentro de determinados limites.

Mais à frente, divulgou que, no corrente exercício, o Executivo resolvera uma série de problemas pendentes, nomeadamente a conclusão do processo de consolidação das mobilidades dos 130 trabalhadores que tinham direito a isso, para além da regularização dos trabalhadores precários (36), de acordo com o estabelecido na lei. Também referiu que fora possível acomodar as decisões do Orçamento de 2018, designadamente ao nível das melhorias e reposições de um conjunto de direitos, como, por exemplo, as horas extraordinárias, os subsídios de férias e outros.

Depois, o Sr. **Vicente de Sá** perguntou se ainda existia, na CME, algum contrato de emprego/inserção.

O Sr. **Presidente da C. M.** respondeu que talvez ainda houvesse alguns, em fase terminal, anunciando que a orientação que o município tinha era para não recorrer aos CEI's, admitindo, porém, vir a fazê-lo, em determinadas tarefas.

Não querendo mais ninguém usar da palavra, o Sr. **Presidente** pôs o 2º ponto da agenda à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor (catorze da CDU, um do BE e um do MMPI) e dezassete abstenções (treze do PS, três do PSD e uma da Coligação «Afirmar Évora 2017»).

PONTO 3 – DELIBERAÇÃO SOBRE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ANO DE 2019, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

O Sr. **Presidente da Câmara** especificou que se tratava, essencialmente, de um pedido de autorização para facilitar a gestão, salientando que os compromissos que viessem a ser tomados seriam sujeitos ao conhecimento da A. M.

Em virtude de nenhum membro ter querido discutir o 3º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, registando-se a sua aprovação por maioria, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, treze do PS, um do BE e um do MMPI) e quatro abstenções (três do PSD e uma da Coligação «Afirmar Évora 2017»).

PONTO 4 – DELIBERAÇÃO SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EVENTUAIS EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO, NO ANO DE 2019, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA

O Sr. **Presidente da CME** clarificou que também se tratava de um documento de gestão, chamando, no entanto, à atenção do plenário que não era intenção da Administração Autárquica utilizá-lo, a não ser que fosse numa situação absolutamente necessária.

Verificando a falta de inscrições para debater o 4º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, treze do PS, um do BE e um do MMPI) e quatro abstenções (três do PSD e uma da Coligação «Afirmar Fávora 2017»).

PONTO 5 – DELIBERAÇÃO ACERCA DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS JUNTAS / UNIÕES DE FREGUESIAS – ANO DE 2019

O Sr. **Presidente da edilidade** pediu autorização, que foi concedida, para fazer a introdução conjunta dos pontos **5** e **6**, relevando que os dois documentos seguiam na linha das propostas aprovadas nos exercícios anteriores, bem como que o princípio se mantinha, de que a variação de verbas a transferir para as Juntas teria que corresponder à variação de valores que o município recebesse do O. E. Assim, informou que, em 2019, a percentagem era de 7.75%, pelo que as Freguesias iriam auferir um aumento de 7.75%. Neste domínio, anunciou que as juntas tinham levantado duas questões:

- Uma relacionada com as quantias inerentes aos cemitérios, cuja situação mereceu o acordo do Executivo, decidindo o próprio proceder a um aumento de 20%;
- Outra alusiva ao valor/quilómetro, revelando que, neste caso, a Administração não acedera, porque a Câmara já pagava acima do montante tabelado.

Entretanto, o Sr. **José Russo** considerou a temática dos protocolos e da descentralização de competências uma questão absolutamente determinante para a vida das freguesias, porque, se assim não fosse, as próprias ficariam reduzidas à função dos atestados e das licenças dos animais. Mais à frente, disse: *“Na ausência desta descentralização de competências, nós faríamos muito menos do que produzimos hoje. Quando nos encontramos com a Câmara, estamos sempre a reclamar um bocadinho mais, embora saibamos que o financiamento das freguesias não depende só dos municípios, mas, sobretudo, do OGE, pelo que o problema central reside aí, ou seja, na ausência de uma política efectiva de descentralização.*

Por outro lado, as Juntas de Freguesia muito dificilmente acedem aos fundos comunitários, o que é uma coisa perfeitamente incompreensível. Ainda recentemente foi lançado um financiamento de 1 M€, destinado exclusivamente às freguesias e estas apareceram e vão beneficiar do mesmo. É muito curto, porque muito poucas vão poder usufruir dele, dado que elas não têm capacidade de competir noutros programas, a nível humano, técnico e financeiro.

Em conclusão, diria que estes instrumentos que estamos agora a discutir também são importantes porque abrem a possibilidade de as Juntas de Freguesia poderem cumprir um conjunto de pequenas obras, para facilitar a vida à Câmara, através de uma pequena compensação monetária”.

Relativamente aos acordos, o Sr. **Luís Ramalho** fez menção ao n.º 2, que diz: «**Para além do disposto no n.º 1, é atribuído um financiamento no montante 8,12 €/m² para a seguinte competência: assegurar a limpeza das vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros**». Após ter feito uma pequena conta, apurou que a Praça de Giraldo tem cerca de 3.500 m², representando um valor de 28.500 €, pelo que interrogou se estava a raciocinar correctamente.

Então, o Sr. **Presidente da autarquia** elucidou que as freguesias urbanas não tinham tal competência.

Insistindo, o Sr. **Luís Ramalho** venceu que se ia aprovar um documento que dizia que iria ser atribuído um financiamento de 8,12 €/m² para a competência em causa, ou seja, para assegurar a limpeza das vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros, entendendo que a dita devia de ser retirada.

A seguir, o Sr. **Jerónimo José** inquiriu e declarou: *“O que vem nos acordos das freguesias não é para cumprir? O que a lei diz é que, a partir do momento em que está aprovado pela assembleia municipal e pelas assembleias de freguesia, passa a vigorar. E o que está escrito nos protocolos, ao contrário do que diz o meu colega Luís, eu gostaria que não tirassem, mas sim que tivesse esse valor contemplado na minha Freguesia.*

Aproveitando a oportunidade, e para complementar a informação do meu colega J. Russo, relativamente aos fundos comunitários, há muito tempo que as freguesias têm vindo a reclamar a existência de um programa específico para elas. Têm havido alguns, mas muito poucos de forma directa, como o do ambiente, por exemplo. Um dos problemas que se põe sempre é o que se colocou entre as freguesias e os municípios, porque a maioria dos programas definidos são ao nível das CIM's e, logicamente, estas distribuem as verbas entre os municípios e esquecem-se das freguesias.

Relativamente às verbas, estou absolutamente de acordo. A forma de cálculo, como vinha sendo aplicada, que tinha como principal factor de ponderação a área geográfica e não o dos seus habitantes, era algo injusta. Hoje existe a Lei n.º 51/2018, que veio alterar essa forma de cálculo, a qual me parece mais equilibrada, porque prevê a distribuição da verba total, ou seja, numa primeira fase, o principal factor de ponderação, em termos de forma directa e indirecta, a população representa 70% e a área 30%. Numa segunda fase vai ser distribuído o remanescente pelas freguesias de menor densidade, para compensar as perdas que tenham. Os problemas que aqui se põem vão ser a não-aceitação da aplicação da lei e a salvaguarda que não permite, se calhar bem, que haja um grande desnível de 5%, para mais ou para menos, de variação de um ano para outro. A par disto, conseguiu-se aumentar as verbas transferidas para as freguesias, que passaram de 2 para 2,5%, na forma de cálculo da distribuição aritmética dos impostos cobrados. Houve outros pontos que foram levantados pelas freguesias, nomeadamente ao nível das competências que são desenvolvidas, no âmbito da limpeza das ribeiras urbanas que nós fazemos, que são da competência do município, bem como outros procedimentos de agilização de funcionamento, que poderiam ser melhor articulados”.

Em função do exposto pelo Sr. L. Ramalho, Sr. **Nuno Alas** sugeriu que se clarificasse a situação, porque a Assembleia poderia votar algo que se poderia considerar injusto entre freguesias.

Faço ao desenrolar dos acontecimentos, o Sr. **Presidente** propôs que se passasse à votação do ponto n.º 5, até porque as forças políticas já estavam sem tempo para intervir, para depois se retomar a discussão no ponto seguinte, o que foi consensualmente aceite. Assim, avançou para a votação do aludido ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor

(catorze da CDU, três do PSD, um do BE e um do MMP) e catorze abstenções (treze do PS e uma da Coligação «Afirmar Évora 2017»).

Declaração de voto do Sr. Jerónimo José: *“A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contratualização, e sublinho, contratualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e as actividades de proximidade e do apoio directo às comunidades locais. A contratualização é um processo pelo qual as partes, no caso a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, acordam delegar no primeiro caso, assumir no segundo, uma série de responsabilidades, com vista ao serviço de maior proximidade com as populações. Esta transição de competências, ou de responsabilidades, pressupõem um acordo, que resulta de uma negociação. Aliás, os termos em que se estabelecem esta delegação de competências estão definidos nos próprios contratos e referem explicitamente a NEGOCIACÃO. É sobre este ponto que nos desentendemos, Sr. Presidente. Os contratos interadministrativos e de execução com as Juntas de Freguesia não estão a ser negociados, mas paulatinamente impostos, como se de uma subjugação se tratasse. E as Juntas de Freguesia não pedem mais do que o município tem exigido, por exemplo, ao Governo durante este longo e complexo processo de negociação da descentralização de competências do Estado para as autarquias. Da mesma maneira que o município considera que para assumir uma responsabilidade precisará de ter os necessários meios financeiros e os adequados recursos humanos para assumir novas competências, também as freguesias assim o consideram, no que lhes toca. Porém, e ao contrário da Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia não pretendem rever, ou devolver competências à Câmara, simplesmente porque os meios são demasiados escassos. Não o fazemos por sentido de responsabilidade e por sabermos que de nós e dos nossos serviços dependem os fregueses, o mais das vezes esquecidos pelos poderes mais distantes. Nós, enquanto presidentes de junta do PS, esperamos que a transferência de competências, vinda da Câmara Municipal, não se traduza numa relação hierárquica desta sobre as freguesias, mas, sobretudo, que resulte numa frutuosa colaboração entre as partes.*

Em resumo, a Câmara Municipal não deve olhar para as juntas de freguesia como se estas estivessem num patamar inferior. Por isso, e numa matéria tão importante e sensível como esta, esperamos que se procure o mais amplo consenso e não uma relação vertical da Câmara para as freguesias. Melhor seria, do nosso ponto de vista, que esta transferência de competências para as juntas de freguesia tivesse subjacente uma visão integrada e devidamente fundamentada da partilha de competências entre o município e as freguesias e não apenas uma repetição automática do que foi feito nos anos anteriores, sem qualquer abertura por parte da Câmara de discutir atempadamente a realidade, que é tão dinâmica quanto os problemas com que lidamos, e que merecem respostas mais ponderadas, colaborativas e convergentes. E para tudo isto, Sr. Presidente, precisamos que o Sr. tenha maior abertura para o diálogo e para a consensualização do que devem ser hoje as competências que as juntas de freguesia podem assumir e em que condições o fazem. Já ouvimos, em anos anteriores, que no ano seguinte tudo se processará de outra maneira, mas chegados aqui, percebemos que por mais um ano nada mudou em relação a esta matéria.

Sr. Presidente, queira ter connosco uma atitude dialogante e, garanto-lhe, conseguirá de nós um maior compromisso. É a matéria mais elementar da democracia”.

PONTO 6 – DELIBERAÇÃO SOBRE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS / UNIÕES DE FREGUESIAS – ANO DE 2019

Em aditamento à sua anterior apresentação, o Sr. **Presidente da CME** disse: *“As freguesias urbanas não têm a carga a tarefa da limpeza, sendo que, havendo aqui alguma confusão, nós estamos disponíveis para alterar esta situação. Quando estamos a falar de higiene e limpeza, é em termos globais e, portanto, era essa a possibilidade que queríamos abrir.*

A declaração de voto do Presidente da J. F. de Canaviais levantou-me algumas questões, que vou tentar ser breve e sintético. Recordo que durante 12 anos o PS praticamente não reuniu com as freguesias e em 6 meses do mandato anterior fizemos mais reuniões com elas do que nos 12 anos anteriores. Apresentámos os contratos, no âmbito das negociações que tivemos com as Freguesias, e definimos os princípios com as Juntas/Uniões desde o início. No mandato anterior fomos até mais longe, procurando encontrar uma solução de maior equilíbrio na distribuição de verbas, para o que apresentámos uma proposta. Como sabem, houve algumas freguesias, porque se sentiam prejudicadas, quer da CDU, quer do PS, que entenderam que não havia condições para se avançar naquela discussão. Desde 2013 que as verbas foram aumentadas de acordo com o princípio que foi definido e foram sempre feitas reuniões e negociações a esse nível. Que o PS não tenha querido apresentar propostas, isso foi outra coisa. Agora que diga que não há negociações e que nós não estamos disponíveis para o diálogo, isso é absolutamente inaceitável, porque não corresponde à verdade.

Já agora, lembro que no mandato anterior foram pagas as dívidas, que ascendiam a quase um milhão de euros, que a Câmara tinha para com as freguesias, o que significa que estas receberam o que tinham direito, através da descentralização de competências, mais o valor da dívida que tinham pendente. Este esforço foi importante e um sinal de respeito para com as freguesias, o qual está documentado. A nosso ver, não é aceitável essa postura, que não contribui, em nada, para ajudar a aprofundar as questões da descentralização”.

Por sua vez, o Sr. **José Figueira** demonstrou a sua estupefacção e preocupação com a posição da bancada do PS sobre a matéria, nomeadamente em relação aos seus Presidentes de Junta. Baseando-se no que estava plasmado na Lei n.º 75/2013, e com respeito aos contratos interadministrativos e aos acordos de execução, obrigatoriamente as juntas/unidades de freguesias e as assembleias de freguesias tinham que se pronunciar e votar, acabando por inquirir se nas que eram lideradas pelo PS o mesmo se tinha absterido. Segundo a sua ideia, a Câmara não podia assinar com as juntas os documentos sem os levar à assembleia municipal nem as juntas podiam assiná-los com a edilidade sem os levar às respectivas assembleias de freguesia.

Manifestou, também, a sua surpresa por os pontos em causa terem sido aprovados, por unanimidade, em reunião de Câmara.

Logo após, o Sr. **Jerónimo José** afirmou: *“Eu também fico estupefacto com as interpretações legislativas que às vezes são feitas. Parece que não existem aqui separações de poder, que não há órgãos distintos e que existe esta necessidade hierárquica. Nós fomos eleitos como Presidentes de Junta e temos assento na A. M., de pleno direito. Um presidente de junta não é um órgão, sendo que a Junta faz as suas deliberações e tem poderes negociais com a câmara municipal. Quem aceita é a assembleia municipal e a assembleia de freguesia. No entanto, isso não impede de nós manifestarmos a nossa discordância perante aquilo que o Sr. Presidente disse. A gente até nos podemos reunir todas as semanas, mas depois é natural que surjam divergências sobre a delegação de competências. Tivemos uma reunião num dia e no dia seguinte recebi os protocolos na Junta de Freguesia e uma semana depois telefonaram-nos a perguntar se já estavam aprovados. A lei obriga a haver um processo de negociação, mas temos que formalizar esse processo e se a Câmara não tiver um verdadeiro objectivo de ver as Juntas com parceiras, não se cênga a um consenso. A nossa posição tem a ver com a discordância como é vista a delegação de*

competências e a forma como ela é negociada. Aliás, há seis anos que esta conversa se mantém e isto não se pode considerar negociação”.

Tendo percebido que o Sr. Presidente da edilidade dissera que o Executivo estava disponível para retirar o ponto ou a referida alínea (mencionada pelo Sr. Luís Ramalho) do contrato, o Sr. **Nuno Alas** fez notar que a diferença era importante, porque a bancada do PSD iria votar em função do que fosse decidido.

Depois, falou o Sr. **José Russo** que asseverou: *“A gente pode sempre dizer que há uma insatisfação, porque existe um processo de atraso em relação às transferências de competências, dos dinheiros, do equilíbrio das coisas, etc., mas eu não vou entrar por aí, ou seja, vou cingir-me àquilo que é concreto. Comparar aquilo que tem sido feito, trabalhado e discutido neste Executivo com a Administração anterior é qualquer coisa que não faz sentido, até porque quase nós todos estávamos cá há uns anos atrás. Eu até sei de casos, e vocês também sabem, de executivos de juntas de freguesia que não assinaram protocolos com a Câmara anterior, com a gestão do PS. A atenção que esta gestão municipal tem tido para com as freguesias tem sido muito superior, embora com algumas falhas, mas não devemos «apontar espingardas» por essa razão.*

Além do mais, há uma outra situação que esta Câmara tem sempre dito: venham propostas, façam propostas. E na altura em que a gente começou a discutir os protocolos e os acordos não foi no momento em que os mesmos chegaram às juntas. Houve aqui, na Câmara, reuniões conjuntas, onde nos perguntaram o que era que nós queríamos e cada um de nós pôde dizer aquilo que entendeu no momento. Aliás, as reuniões têm acontecido recorrentemente. É bom não esquecer que se regularizaram situações terríveis com as freguesias e toda a gente sabe disso. Era impossível manter o funcionamento das juntas, porque estas não recebiam dinheiro, sendo que a situação agora é muito diferente, para melhor.

Também há outra coisa que não é comparável, que é as transferências de competências de uma câmara municipal para uma junta de freguesia, que nada têm a ver com as transferências do Governo para as câmaras municipais, dado que são coisas substancialmente diferentes.

Outro assunto que também se falou foi das CIM's, que são entidades dos municípios e não das freguesias, mas nós temos uma Associação Nacional de Freguesias, que tem que reclamar mais, do meu ponto de vista. É claro que eu estou contente com o aumento que houve nas transferências, mas é muito curto, porque estamos muito atrasados nisso. E, depois, não são só as CIM's que distribuem o dinheiro comunitário, dado que as CCDR's também o fazem. O financiamento que alguns de nós tiveram para os projectos que há pouco falei, veio do Ministério do Ambiente, mas só agora é que aconteceu. Quantos anos é que já passaram com a gestão do PS, do PSD e do CDS? Por que é que terá sido? É bom a gente perguntar. Porque, às vezes, nós conseguimos chegar a respostas criando interrogações e, se calhar, as influências do Governo são outras, na medida em que se fossem as que foram até aqui, isso não tinha acontecido, eventualmente. Esta é a minha análise”.

Voltando a intervir, o Sr. **Luís Ramalho** lembrou que não fazia parte do executivo da Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede quando o PS administrava a autarquia, mas que fazia parte da respectiva Assembleia e que estava a par da situação, relevando que ultimamente se vinha falando da necessidade de a edilidade se aproximar mais das juntas e de se criar um gabinete de apoio às mesmas, coisa por si já focada. Neste domínio, realçou que todos os pedidos, solicitações, propostas e sugestões das Juntas acabavam por cair em «saco roto», ou seja, não obtinham resposta, parecendo-lhe que a situação era possível e fácil de melhorar.

Referiu, também, que no dia 22 de Outubro/18 pedira uma reunião com o Sr. Vereador João Rodrigues, para tratar de vários assuntos, tendo telefonado e falado com a respectiva secretária sobre a matéria, estando ainda hoje à espera de uma resposta. Para si, os pedidos eram feitos e

dirigidos para o Gabinete de Apoio às Freguesias, onde a Dra. Antónia Raminhos os encaminhava para as divisões inerentes, não esquecendo que estas tinham um vereador responsável, que devia de estar a par das matérias, de modo a perceber o que era que já tinha sido feito, ou não.

Por fim, enfatizou que os eleitos da CDU falavam muito da dívida deixada pelo PS, o que o motivou a inquirir qual tinha sido a gestão municipal nos anos 80 e 90, que acumulou débitos no valor de 70 M€, pormenor muito significativo, na sua óptica.

De imediato, o Sr. **Frederico Carvalho** disse: *“Sem ter feito declaração de voto, o ponto 5, tendencialmente, iria votá-lo favoravelmente, mas fiquei algo confuso, porque queria saber auferir das sensibilidades de quem tem representantes nas freguesias e como o PS se absteve, levou-me a pensar que há aqui algum problema que ainda falta afinar. Depois já ouvi mais algumas afirmações de elementos, de juntas de freguesia, afectos ao PS, a dizerem que, afinal, houve progressos, pelo que me considero iludido e ludibriado com o aludido ponto.*

Sr. Presidente, sobre o ponto 6 em concreto, gostaria de saber, à semelhança da posição da bancada do PSD, se é para manter como está, porque deduzo que seja impositivo que ele seja deliberado hoje. A questão é em que moldes é que ele vai ser feito”.

A Sra. **Gertrudes Pastor** também transmitiu a sua surpresa, em virtude de no dia 29 de Outubro/18 ter presenciado uma reunião na C. M., onde alguns presidentes de Uniões/Juntas tiveram oportunidade de se pronunciar sobre os contratos e os acordos de execução, tendo surgido algumas propostas e dadas respostas por parte do Sr. Presidente, bem como o nível de discussão que se estava a registar, tanto mais que já aparecera uma sugestão para alteração dos contratos, com um estudo muito pormenorizado por parte da edilidade, no âmbito dos custos, referentes ao equipamento urbano e a algumas áreas específicas, recordando que, na altura, todos os presentes tinham considerado que o plano poderia prejudicar as freguesias, em termos de receitas. Neste âmbito, assinalou, igualmente, a sua estranheza porque, aquando das suas primeiras participações nas sessões da A. M., havia presidentes de freguesia que punham a situação em extremo, dizendo que teriam que encerrar a junta se a Câmara não regularizasse as dívidas em atraso, recordando que, de momento, estava tudo em dia e que sem as verbas recebidas as juntas não conseguiriam fazer qualquer tipo de obra.

Voltando a intervir, o Sr. **Jerónimo José** declarou: *“É lógico que todos temos memória e agora também não tenho tempo para estar a discutir a matéria, até porque as circunstâncias e as realidades eram outras. Parece-me que até a União de Freguesias do Bacelo e Sra. da Saúde não tinha subscreto os protocolos, surpreendendo-me que tivesse três anos em atraso, mas pronto, não interessa.*

Sobre as reuniões, ouvimos as mesmas coisas e tivemos interpretações diferentes, relativamente à preponderância da ANAFRE, mas a discussão é entre esta e os municípios. Eu continuo a debater-me na ANAFRE e nos municípios e algumas pessoas só debatem na ANAFRE.

Conforme disse a Gertrudes, a gente tem vindo a dizer que sim, que vamos acreditar que no próximo ano será diferente, mas chega ao momento em que temos que marcar uma posição e, pelos vistos, não sei o que é que poderá surpreender, porque estou a dizer o mesmo que disse na reunião, eventualmente com mais ênfase.

O Sr. Vereador (?), há seis anos atrás, perguntou se existia um parque de táxis nos Canaviais. Está lá um, mas não existem táxis e só serve para multar quem lá estaciona”.

Entretanto, o Sr. **José Piteira** reiterou que as freguesias recebiam pouco, salientando que não era especialista nem doutorado em economia, mas que sabia fazer contas. Assim, fez notar que a Câmara transferia para as juntas 1% do seu Orçamento (54 M€), adiantando que ninguém queria

arranjar desculpas e comparar as juntas rurais com as urbanas, acabando por asseverar «contra factos não há argumentos».

Mais à frente, noticiou que as oito freguesias rurais recebiam 300.000 € e que as cinco urbanas auferiam 170.000 € e mais 23.000 € do contratos administrativos, significando um total de 500.000 € para todas, reconhecendo que fora um tremendo erro o Executivo do PS não ter pago às ditas os montantes contratados.

Regressando ao uso da palavra, o Sr. **Luís Ramalho** manifestou que gostaria de ouvir a opinião dos colegas das freguesias urbanas, sobre o valor de 8,12 €/m².

Face às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que a intenção da inclusão do ponto era para perspectivar a possibilidade de se virem a fazer acordos com as uniões/juntas de freguesias, relativamente à questão da limpeza, havendo, de momento, duas hipóteses: ou o mesmo era retirado ou a edilidade comprometia-se a não aplicar a opção em apreço e, na próxima reunião de Câmara, elaborar uma nova proposta, de maneira a trazer uma nova versão do acordo de execução para o ano de 2019.

No que respeita a este último apontamento, o Sr. **Nuno Alas** transmitiu que o PSD se revia na 2ª opção sugerida.

Face à explicação prestada pelo Sr. Presidente da autarquia, o Sr. **Frederico de Carvalho** também manifestou que subscrevia a 2ª opção.

Por seu turno, o Sr. **José Russo** enfatizou que não concordava com tal solução, achando que o documento devia de ser votado e, depois do resultado apurado e por não se tratar de um processo fechado, cada União/Junta deveria discutir com a Câmara e acordar uma resolução a contento para ambas as partes.

A opinião emitida pelo orador antecedente gerou alguma confusão, o que motivou a **Mesa** a propor um intervalo de 10 minutos, com o intuito de as bancadas se entenderem sobre a matéria.

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Presidente da C. M.**, que revelou que o Executivo mantinha o documento com o compromisso político assumido anteriormente, de não aplicar a parte suscitada pelo Sr. L. Ramalho, sem antes clarificar a situação.

Perante o explicitado, o Sr. **José Figueira** anunciou que a CDU iria votar favoravelmente, até porque a própria não queria parar a actividade das Uniões/Juntas, na medida em que estas e as Assembleias de Freguesia já tinham votado os documentos, para poderem contar com os orçamentos para 2019.

Entretanto, o Sr. **Nuno Alas** divulgou que o PSD também iria votar a favor, com a condição de a Administração Municipal respeitar o compromisso atrás mencionado.

Depois, o Sr. **Jerónimo José** perguntou: “O ponto vai a votação e é como se não existisse, ou seja, é como se tivesse sido retirado”?

Então, o Sr. **Presidente da CME** respondeu que se mantinha o documento integralmente, com o compromisso político de que não iria ser aplicada a referida situação, até haver uma clarificação por parte da Câmara.

Por fim, o Sr. **Vicente de Sá** comunicou que o BE concordava com a 2ª hipótese.

Findo o debate acerca do 6º ponto da agenda, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor (catorze da CDU, três do PSD, um do BE, um da Coligação «Afirmar Évora 2017» e um do MMPI) e treze abstenções (do PS).

SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Ninguém da assistência desejou falar.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os **pontos 1, 2, 3, 4, 5, e 6** desta ordem do dia, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente** deu por terminada a sessão pelas zero horas, da qual e para constar se elaborou esta acta, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

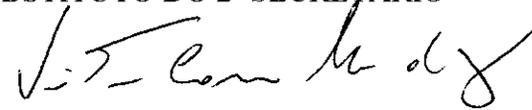
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL


Carlos Alberto Gião Reforço

A 1ª SECRETÁRIA


Ana Luísa Boto

O SUBSTITUTO DO 2º SECRETÁRIO


Vicente de Sá